

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.756 - MS (2019/0299328-2)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MÔNICA MARIA DE SALVO FONTOURA
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PACIENTE : LUIZ ALVES MARTINS FILHO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de LUIZ ALVES MARTINS FILHO apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul (Apelação Criminal n. 0003783-94.2017.8.12.0001).

Segundo os autos, "*o Paciente LUIZ ALVES e o corréu JEAN MARLON foram condenados, por sentença proferida pela 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Campo Grande/MS, à pena total de 18 (dezoito) anos e 3 (três) meses de reclusão (f. 1.865, sentença) para LUIZ ALVES, e 15 (quinze) anos e 6 (seis) meses de reclusão para JEAN, ambos em regime inicialmente fechado pelos delitos descritos nos artigos 121, § 2ª, incisos I e IV (homicídio qualificado) e art. 211 (ocultação de cadáver) c.c art. 29 (concurso de agentes), na forma do art. 69 (concurso material), todos do Código Penal*" (e-STJ fls. 7/8).

Irresignada, a defesa interpôs recurso perante a Corte de origem, que deu parcial provimento ao referido intento recursal (e-STJ fls. 2.115/2.126). Eis a ementa do respectivo acórdão (e-STJ fls. 2.115/2.116):

APELAÇÃO CRIMINAL - RECURSO DA DEFESA -
DOSIMETRIA DA PENA - CRIME DE HOMICÍDIO
QUALIFICADO REDUÇÃO DA PENA-BASE -
POSSIBILIDADE (RÉU LUIZ) - ELEVADA
REPROVABILIDADE DA CONDUTA - MAUS
ANTECEDENTES CONFIGURADOS DESLOCAMENTO DE
QUALIFICADORA PARA A PRIMEIRA FASE -

Superior Tribunal de Justiça

PERSONALIDADE E CONDUTA SOCIAL MAL VALORADAS
NOVO ENTENDIMENTO DO C. STJ DELITO DE
OCULTAÇÃO DE CADÁVER - REDUÇÃO DA PENA-BASE -
VIABILIDADE (CORRÉU JEAN) - EXASPERAÇÃO SEM
FUNDAMENTAÇÃO - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO
E, DE OFÍCIO, FIXADA A FRAÇÃO DE 1/6 PELA
INCIDÊNCIA DA ATENUANTE DA CONFISSÃO
ESPONTÂNEA (AMBOS OS RÉUS).

I - Condenações anteriores ao prazo depurador de 5 anos, conquanto não configurem reincidência, constituem motivação idônea para a exasperação da pena-base em razão de maus antecedentes criminais.

II - Se o *modus operandi* do delito de homicídio qualificado é capaz de revelar a maior reprovabilidade da conduta em razão do dolo intenso na execução do crime, é adequada a exasperação da reprimenda basilar a título de culpabilidade.

III - Existentes duas qualificadoras, é admitido que uma delas seja usada para qualificar o delito e a outra, para elevar a pena-base a título de circunstâncias do crime.

IV - Segundo a nova orientação do c. STJ, condenações transitadas em julgado não são fundamentos idôneos para se inferir a personalidade do agente voltada a prática criminosa ou ate mesmo para certificar sua conduta social inadequada.

V - Não se admite a elevação da pena-base sob qualquer título sem que se apresente motivação.

VI - A resposta penal não se limita à mera indicação quantitativa de moduladoras desfavoráveis, mas leva em consideração a análise qualitativa das circunstâncias judiciais. Se, contudo, o patamar de exacerbação da pena-base se revelar desproporcional e desrazoável, é possível a sua redução.

VII - Embora o *quantum* de redução das atenuantes esteja sob a discricionariedade do julgador, a atenuação aplicada em patamar inferior a 1/6 deve ser justificado a partir de elementos concretos. No caso, o distanciamento dessa fração ocorreu em prejuízo do requerente, malferindo os princípios informadores do processo de aplicação da pena.

VIII - Com o parecer, recurso da defesa parcialmente provido e, de ofício, estabelecida a fração de 1/6 pela incidência da atenuante da confissão espontânea

No presente *writ*, a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul sustenta haver "*constrangimento ilegal praticado pela 1ª. Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul que, sem justa causa, não reduziu a pena-base de LUIZ ALVES, mesmo realizando a neutralização de circunstâncias judiciais desabonadas em sentença, restando fixada pena-base desproporcional e*

Superior Tribunal de Justiça

desmotivada" (e-STJ fl. 10).

Alega que, excluídas pela Corte estadual duas das cinco circunstâncias judiciais consideradas pelo Juízo sentenciante ao estipular a pena-base, essa não poderia ser mantida no mesmo patamar, sob pena de haver *reformatio in pejus*, uma vez tratar-se de recurso exclusivo da defesa.

Diante disso, requer, inclusive liminarmente, a concessão da ordem para, "*quanto ao delito de homicídio qualificado, reduzir a pena-base em razão do afastamento de 2 (duas) circunstâncias judiciais ("conduta social" e "personalidade") operado pelo TJ/MS, no mínimo em cerca de 1 (um) ano e 2 (dois) meses para cada circunstância judicial excluída (parâmetro fixado na sentença), isto é, com redução mínima de aproximadamente 2 anos e 4 meses; redimensionando-se a pena imposta*" (e-STJ fls. 20/21).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora* hábeis a justificar o deferimento da tutela de urgência pleiteada.

Ademais, o pleito liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste *writ*.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, sem o que não há como verificar o alegado constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro o pedido de medida liminar.**

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, ressaltando-se que deverá noticiar a esta Corte Superior qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Superior Tribunal de Justiça

Após, conceda-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator

